**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

42/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal.

O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de “links” de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ASSÉDIO

Moral

Indenização por dano moral. Assédio moral. A ameaça injusta, de dispensa, pelo não cumprimento de metas acarreta dano especificamente moral ou pessoal, cuja repercussão toca no sentir da vítima do ato ilícito. Recurso a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 00030506120135020078 - RO - Ac. 3ªT [20150780383](#) - Rel. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira - DOE 09/09/2015)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Empregador

Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Diferente do que ocorre com o trabalhador hipossuficiente e com o empregador pessoa física, a mera declaração de insuficiência econômica, nos moldes do que preconiza a lei n. 7.115/1983, não é o bastante para a concessão pretendida, devendo a pessoa jurídica comprovar, robustamente, que não pode arcar com as despesas processuais. (TRT/SP - 00012353120135020045 - RO - Ac. 9ªT [20150805645](#) - Rel. Simone Fritschy Louro - DOE 23/09/2015)

AVISO PRÉVIO

Proporcional

Aviso prévio proporcional aos domésticos. A proporcionalidade do aviso prévio, na forma regulamentada no artigo 7º, inciso XXI, da Constituição Federal, ora vigente, estava pendente de especificação normativa por lei federal. Assim, com o advento da Lei 12506/11, houve a supressão da referida omissão, fixando a proporcionalidade como direito dos empregados, inclusive aos domésticos, posto que o artigo 1º do referido comando legal, não faz qualquer distinção. Tudo isso não bastasse, aplicável ao caso as diretrizes contidas nos valiosos princípios da força normativa da Constituição Federal e da máxima eficácia dos direitos fundamentais, que está contido artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Recurso ordinário improvido. (TRT/SP - 00017476520135020028 - RO - Ac. 11ªT [20150405850](#) - Rel. Ricardo Verta Luduvic - DOE 19/05/2015)

Tempo de serviço. Integração em geral

Anotação de saída na CTPS. Aviso prévio indenizado. Súmula 371 do C. TST. A integração do período correspondente ao aviso prévio no tempo de serviço do trabalhador restringe-se a direitos estritamente patrimoniais, ou seja, acréscimos financeiros auferidos no período correspondente ao aviso, ou até mesmo eventual estabilidade ou garantia de emprego que o obreiro pudesse obter se não fosse dispensado. Por outro lado, não tem o condão de alterar a data do efetivo desligamento, que é a do último dia de trabalho. (TRT/SP - 00028440320105020062 - RO - Ac. 5ªT [20150336289](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 05/05/2015)

CONTRATO DE TRABALHO (SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO)

Aposentado

Depósitos do FGTS. Contrato de trabalho suspenso. Aposentadoria por invalidez. A suspensão do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria por invalidez não obriga o empregador a recolher os depósitos do FGTS. Nos termos da Lei nº 8.036/90, somente nas hipóteses de afastamento do empregado para prestação de serviço militar e de licença por acidente do trabalho o empregador fica obrigado a recolher o FGTS. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00012058720125020511 - RO - Ac. 3ªT [20150678120](#) - Rel. Nelson Nazar - DOE 12/08/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano existencial. Violação do princípio da dignidade humana. O dano existencial é espécie de dano imaterial que corresponde às lesões que comprometem a liberdade de escolha do indivíduo, impossibilitando-o de realizar atividades culturais, recreativas, sociais, familiares e projetos de vida. A partir do momento em que o empregador viola bem jurídico garantido por norma constitucional, como a integridade física e mental do trabalhador, surge o dever de indenizar. Sendo assim, uma vez comprovado que o ato praticado pela empresa acarretou ao trabalhador dor íntima e sofrimento, faz jus à reparação existencial. (TRT/SP - 00023591420135020089 - RO - Ac. 4ªT [20150747378](#) - Rel. Ivete Ribeiro - DOE 04/09/2015)

Indenização por dano moral por doença ocupacional

I - Acidente com motocicleta. Atividade perigosa, nos termos do parágrafo 4º do artigo 193, da CLT. Responsabilidade objetiva do empregador, no moldes do que consta do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil. No caso dos autos, restou incontroverso que o reclamante, ao conduzir motocicleta pertencente à reclamada, no desempenho das funções dele, sofreu queda que redundou em seqüela (ombro com fratura e limitações de movimento), que a perícia médica conclui representar diminuição da capacidade laboral, mensurada, nos termos das tabelas da Susep, em 18%. A argumentação principal da ré é no sentido de ausência de culpa no acidente. Entretanto, não se pode ter dúvidas sobre o enquadramento da atividade de conduzir motocicleta como atividade de risco, vez que até mesmo o parágrafo 4º do artigo 193 da CLT (com a redação dada pela Lei 12.997/2014) reconheceu essa condição. Assim, tratando-se de atividade de risco, desenvolvida pelo trabalhador, a responsabilidade do empregador, em casos de acidente, é objetiva, nos termos do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil. Sentença que fica mantida. (TRT/SP - 00012702020135020391 - RO - Ac. 4ªT [20150345326](#) - Rel. Paulo Sérgio Jakutis - DOE 08/05/2015)

EXECUÇÃO

Embargos à execução. Cabimento

Existindo regramento próprio na CLT para a interposição de embargos à execução, não se aplica nesta Justiça Especializada a regra contida no artigo 736 do CPC. (TRT/SP - 00006014320105020432 - AP - Ac. 17ªT [20150423165](#) - Rel. Maria de Lourdes Antonio - DOE 20/05/2015)

Excesso

Agravo de petição. Excesso de penhora. Aplicação do art. 620 do CPC. É fato público e notório que a importância arrecadada em leilão não costuma atingir o valor da avaliação do bem penhorado, também não se podendo desconsiderar as despesas advindas dos procedimentos de expropriação, a exemplo do pagamento de editais, argumentos que afastam a alegação de excesso de penhora. Além disso, objetivando a execução pelo modo menos gravoso ao executado (art. 620 do CPC), nada obsta a substituição do bem penhorado por dinheiro, desde que o faça a tempo e modo, com vistas à observância da ordem preferencial mencionada no art. 882 da CLT. (TRT/SP - 00817009320075020382 - AP - Ac. 8ªT [20150675199](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 14/08/2015)

Fiscal

Execução fiscal. Multa administrativa por infração à legislação trabalhista. Redirecionamento aos sócios. Impossibilidade. Tratando a presente ação de execução fiscal de multa administrativa, devem prevalecer os termos do artigo 2º, parágrafo 5º, inciso I, da Lei 6.830/80. Assim, não constando o nome dos sócios da executada na certidão de dívida ativa acostada aos autos, deve prevalecer a r. decisão de primeira instância que indeferiu o correspondente redirecionamento da execução. Agravo de petição ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00011604920105020351 - AP - Ac. 11ªT [20150621668](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 24/07/2015)

GORJETA

Repercussão

Gueltas. Comissões quitadas por terceiros. Natureza salarial. Gueltas correspondem a gratificações quitadas com habitualidade por terceiros aos empregados de uma empresa, com a concordância do empregador. Têm como objetivo alavancar vendas de produtos ou serviços oferecidos por terceiros através de um incentivo financeiro concedido ao trabalhador. O tema inicialmente suscitou debates na doutrina e jurisprudência, havendo quem sustentasse a natureza não salarial da parcela. Atualmente, a jurisprudência firmou-se de forma majoritária no sentido de se reconhecer, a exemplo das gorjetas, a natureza salarial das comissões pagas por terceiros. (TRT/SP - 00008714920145020037 - RO - Ac. 17ªT [20150550701](#) - Rel. Álvaro Alves Nôga - DOE 26/06/2015)

HIPOTECA JUDICIÁRIA

Geral

Hipoteca judiciária. Efetividade. A hipoteca judiciária pode ser efetuada a partir da própria sentença, independente do trânsito em julgado (artigos 466 do CPC e 899 da CLT), eis que representa a garantia de satisfação do crédito na futura execução do título judicial, sendo efeito anexo da sentença condenatória que a constitui. (TRT/SP - 00013874920135020055 - RO - Ac. 16ªT [20150821225](#) - Rel. Orlando Apuene Bertão - DOE 22/09/2015)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

Adicional de insalubridade. Base de cálculo. O salário mínimo deve permanecer como base para cálculo do adicional de insalubridade até que seja editada norma

legal que estabeleça outra base para esta vantagem, haja vista que a parte final da Súmula Vinculante nº 4, do STF, veda a sua substituição por decisão judicial, entendimento que se viu reforçado pela decisão liminar concedida na Reclamação/STF nº 6266, que suspendeu a aplicação da Súmula 228/TST na parte em que permite a utilização do salário básico para calcular o adicional de insalubridade (DJE nº 144, divulgado em 04/08/2008 - Decisão de 15/07/2008). (PJe-JT TRT/SP [10036856620135020323](#) - 8ªTurma - RO - Rel. Adalberto Martins - DEJT 12/08/2015)

Enquadramento oficial. Requisito

De acordo com o que foi constatado no laudo pericial, na 1ª sala do gerador, os 04 (quatro) motores ali existentes eram alimentados com óleo diesel armazenado em um tanque com capacidade para 10.000 (dez mil) litros de combustível. Ao revés dos fundamentos da sentença, a quantidade de armazenamento de combustível no subsolo do edifício em que labora a recorrente, está em desconformidade com o que dispõe o item “d” da NR-20, item 17.2.1, que limita a 3.000 (três mil) litros o total de armazenagem de combustível em cada tanque. A despeito do limite de armazenagem do tanque ter sido ultrapassado, o que já evidencia o desrespeito à legislação de regência, a reclamada ainda omitiu do perito informações básicas, sobretudo no que tange às características construtivas da edificação. Mesmo que se considerasse que o tanque da sala 01 estivesse dentro do limite máximo de capacidade de armazenagem, a omissão injustificada da reclamada em apresentar a documentação completa impediu que o perito aferisse se o recipiente dispunha de sistema de contenção de vazamentos; se aprovado por autoridade competente; se possuía sistemas automáticos de detecção e combate de incêndios; se protegido contra vibração, danos físicos e da proximidade de equipamentos ou dutos geradores de calor; se adotadas as medidas necessárias para garantir a ventilação dos tanques para alívio de pressão, bem como para a operação segura de abastecimento e destinação dos gases produzidos pelos motores à combustão, assim como, se a estrutura da edificação contava com proteção para suportar um eventual incêndio originado nos locais que abrigam os tanques (letras, “b”, “e”, “g”, “i”, “j” e “k”, do item 17.2.1 da NR-20). Apelo a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 00031423820135020046 - RO - Ac. 16ªT [20150600083](#) - Rel. Nelson Bueno do Prado - DOE 08/07/2015)

JORNADA

Motorista

Duração do trabalho. Princípio da razoabilidade. Jornada exageradamente excessiva. Acolhimento. Impossibilidade. A jornada de trabalho descrita na inicial não é plausível, uma vez que vai de encontro ao razoável. Soa quase sobre-humana a alegação de trabalho por 12 horas diárias, de domingo a domingo, sem intervalo para refeição e descanso, considerada ainda a alegação de que chegava a trabalhar por 18 horas consecutivas. O acolhimento de tal jornada fere o princípio da razoabilidade, uma vez que considerado o tempo despendido para se deslocar da residência ao trabalho e vice-versa o autor não teria tempo para nenhuma outra atividade da vida cotidiana, além de dormir poucas horas. Tal circunstância levada a efeito diariamente, certamente seria desgastante a ponto de impedir que tal ritmo fosse assumida pelos dois anos de duração do contrato de trabalho, especialmente considerando a função de motorista. (TRT/SP - 00023220820135020082 - RO - Ac. 10ªT [20150834092](#) - Rel. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo - DOE 24/09/2015)

JUSTA CAUSA

Configuração

Rescisão contratual por justa causa. Ausência de comunicação dos motivos. Invalidez. A justa causa é a pena máxima aplicada ao empregado e causa consequências extraordinárias e nefastas à sua vida profissional. Logo, a empregadora, ao aplicar a justa causa, deve dar plena ciência ao empregado dos motivos que embasaram a penalidade, sob pena de violar a ampla defesa e o contraditório. A falta de comunicação ao empregado, no ato da demissão, dos motivos que ensejaram a sua rescisão por justa causa equivale à dispensa imotivada. (PJe-JT TRT/SP - [10001067020145020713](#) - RO - Ac. 6ªT - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 03/06/2015)

Desídia

Justa causa. Desrespeito às normas de segurança. Desídia. Caracteriza-se o inadimplemento contratual do empregado motorista apto a configurar a rescisão por justa causa prevista na alínea "e" do art. 482 da CLT quando desrespeitadas as normas de segurança exigidas pela empresa quanto à condução do veículo. (PJe-JT TRT/SP [10013191620145020292](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Líbia da Graça Pires - DEJT 24/09/2015)

Imediatidade e perdão tácito

Justa causa. Imediatidade. Perdão tácito. Despedimento só ultimado depois de mais de um mês da apuração dos fatos (sindicância). Demora que vai para além do razoável, ainda que seja empresa de grande porte. A burocracia não autoriza nem justifica o abuso. Situação de indefinição para o empregado que não se coloca ao arbítrio do empregador. Perdão tácito configurado. Sentença mantida. (TRT/SP - 00020358920135020035 - RO - Ac. 11ªT [20150749060](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 01/09/2015)

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Geral

Multa por litigância de má-fé. Apesar de ser garantia constitucional o pleno acesso ao Poder Judiciário (artigo 5º, incisos XXXIV e XXXV, bem como LV da CF de 1988) não é correto banalizar tal procedimento, vez que as partes devem agir com prudência, lealdade e boa fé, devendo, portanto, ser punidos aqueles que abusam de suas pretensões, desde que, obviamente, comprovado que tal conduta foi maliciosa (má fé), fato que, efetivamente, incorre nos presentes autos. Agravo de petição provido. (TRT/SP - 01133002520055020020 - AP - Ac. 11ªT [20150406392](#) - Rel. Ricardo Verta Luduvic - DOE 19/05/2015)

Multa por litigância de má-fé. Incabível. Ao arguir a prescrição, a reclamada apenas exerceu amplamente o direito de defesa que lhe é assegurado pelo artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. O fato de não ter razão no tema correspondente não autoriza a imposição de multa. Apelo a que se dá provimento para o fim de afastar a multa por litigância de má-fé. (TRT/SP - 00005928420135020203 - RO - Ac. 17ªT [20150581925](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 03/07/2015)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

Vínculo de emprego. Bancário. Intermediação de mão de obra. Fraude. A mutabilidade da vida social não é justificativa nem refúgio para a irresponsabilidade jurídica e social dos agentes sociais, mormente dos agentes econômicos. É empregado o trabalhador que ingressa na estrutura normal da empresa, segundo uma interpretação constitucional de valorização da pessoa humana, sob a ótica da segurança jurídica, do valor social do trabalho e função social da propriedade. Recurso Ordinário dos réus a que se nega provimento, nesse ponto. (TRT/SP - 00004857120105020065 - RO - Ac. 11^ªT [20150748820](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 01/09/2015)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Geral

Redução do intervalo para refeição e descanso. A Portaria MTE nº 42/2007 é ineficaz, porque não pode delegar de forma genérica a redução do intervalo por meio de norma coletiva, sem que estejam preenchidas as condições específicas do parágrafo 3º do art. 71 da CLT. (TRT/SP - 00000720420145020361 - RO - Ac. 17^ªT [20150422738](#) - Rel. Maria de Lourdes Antonio - DOE 20/05/2015)

NORMA COLETIVA (EM GERAL)

Poder normativo

Auxílio-alimentação. Caráter Salarial. Integração nas demais verbas. Indeferido. Manutenção. Além do empregador ter aderido ao PAT, a norma coletiva da categoria estabelece que referida parcela possui natureza indenizatória. Trata-se de legítima emanção da autonomia privada coletiva, nos termos do art. 7º, XXVI da CRFB, a qual deve ser respeitada (TRT/SP - 00007344520125020067 - RO - Ac. 16^ªT [20150821152](#) - Rel. Orlando Apuene Bertão - DOE 22/09/2015)

NORMA JURÍDICA

Interpretação

Abono convencional. Falta legal sem desconto pecuniário. Não integração. Os parâmetros instituidores da parcela em discussão revelam o caráter mais benéfico da verba, razão pela qual não comportam interpretação extensiva. (TRT/SP - 00001440220155020443 - RO - Ac. 11^ªT [20150683078](#) - Rel. Adriana Prado Lima - DOE 12/08/2015)

PETIÇÃO INICIAL

Aditamento e alteração

Refunda o recorrente a sua irrisignação no fato de que a alegação de mora salarial reconhecida pelo primeiro grau, referente aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2013 somente foi aduzida em aditamento e não na prefacial. Segundo ainda o recorrente, tal fato evidencia a conflituosidade entre o que foi dito na exordial e o quanto alegado no aditamento. Entendo que, diferentemente da jurisdição ordinária, o contato do juiz do trabalho com o processo se dá apenas em audiência, tendo em vista que nos termos do art. 841 da CLT, a notificação do réu se afigura como ato meramente ordinatório de incumbência da Secretaria da Vara. Malgrado a formação da relação processual

triangular se concretize com a notificação válida do réu, a estabilização da lide trabalhista se dá em audiência, tanto é assim que o MM^o Juízo de origem acertadamente deferiu o pedido de aditamento da inicial, ressaltando-se o direito do reclamado de complementar a contestação. Como se vê, não houve qualquer óbice em relação aos atos processuais adotados, mormente porque foi oportunizado ao recorrente a possibilidade de ofertar defesa ampla em relação aos fatos alegados nos autos do processo. Apelo parcialmente provido (TRT/SP - 00033009520135020013 - RO - Ac. 16^aT [20150698040](#) - Rel. Nelson Bueno do Prado - DOE 13/08/2015)

PRAZO

Reconsideração. Pedido

Estabilidade convencional de 60 dias a partir da alta previdenciária. Termo inicial. Ausência de interposição de recurso administrativo mas apenas formulação de pedido de reconsideração. Artigo 308 do Decreto 3048/99. Tendo o reclamante se limitado a pedir reconsideração da decisão que concedeu alta médica previdenciária, não operou-se efeito suspensivo, previsto apenas ao recurso contra decisões das Juntas de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social, nos termos do artigo 308 do Decreto 3048/99. Destarte, não tendo o pedido de reconsideração do reclamante efeito suspensivo da decisão, tem-se que a alta médica previdenciária produz efeitos imediatos, não condicionado ao julgamento do pedido de reconsideração. (Processo Judicial Eletrônico TRT/SP - [10005961420145020254](#) - RO - Ac. 4^aT - Rel. Ivani Contini Bramante - DEJT 10/06/2015)

PROCESSO

Extinção (em geral)

Medida cautelar instrumental. Julgamento da ação principal. Perda do objeto. Extinção sem resolução do mérito. O provimento cautelar tem por escopo assegurar a eficácia do resultado do processo principal, de molde a estabelecer uma relação de instrumentalidade com ele. Assim, a solução da controvérsia no processo principal esvazia o conteúdo da pretensão cautelar, exsurto a ausência de interesse processual do recorrente. (TRT/SP - 00014243720145020089 - RO - Ac. 17^aT [20150550426](#) - Rel. Álvaro Alves Nôga - DOE 26/06/2015)

Preclusão. Em geral

Agravo de petição. Contribuição previdenciária. Insurgência contra os termos do acordo. Preclusão. Realizado acordo entre as partes na fase de execução, com a devida ciência da União, cabe a esta se manifestar no agravo de petição sobre todas as questões atinentes à contribuição previdenciária, de modo que após a sua manifestação há preclusão consumativa. Entendimento em sentido contrário representaria violação aos valores da certeza e segurança jurídica que constituem o fundamento do instituto da preclusão. (TRT/SP - 00008005419935020014 - AP - Ac. 9^aT [20150708372](#) - Rel. Bianca Bastos - DOE 21/08/2015)

Acordo homologado com cláusula de pendência de julgamento da responsabilidade subsidiária da segunda ré. Preclusão *pro judicato*. Não pode o Juízo, novamente, pronunciar-se sobre questão já decidida (inteligência do art. 836 da CLT), por ter-se operado a preclusão *pro judicato*. (Processo Judicial Eletrônico

TRT/SP - [10009759020135020382](#) - RO - Ac. 6ªT - Rel. Antero Arantes Martins - DEJT 12/05/2015)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

Moto boy. Entregador. "Pejotização". Constituição de pessoa jurídica como condição para prestação de serviços. Invalidez. Artigo 9º da CLT. Reconhecimento do vínculo empregatício. Tem-se, pois, que o caso retrata de forma clara o fenômeno hodiernamente denominado de "pejotização", modo pelo qual se define a hipótese em que o empregador, obriga o trabalhador a constituir pessoa jurídica e emitir RPA's, com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar as normas trabalhistas o qual é nulo, nos termos do artigo 9º da CLT, importando, assim no reconhecimento do vínculo de emprego. (TRT/SP - 00005075220145020013 - RO - Ac. 4ªT [20150746851](#) - Rel. Ivete Ribeiro - DOE 04/09/2015)

Relação de emprego *versus* contrato de franquia. Solução do conflito através da análise dos requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT. O contrato de franquia coloca o franqueado em situação de obediência ao franqueador em vários pontos da relação, vez que, no fundo, o que acontece nessa espécie de contrato é a transmissão do conhecimento (*know-how*) e da estratégia de sucesso no mercado do franqueador para o franqueado. Logo, o franqueado não pode, por exemplo, alterar os produtos vendidos, ou as características da marca (cores, aparência do estabelecimento, uniformes dos obreiros, filosofia de gestão, etc.) e, nesse ponto, há grande semelhança do franqueado com a subordinação do empregado. Entrementes, há um ponto distintivo entre o empregado e o franqueado que não pode ser olvidado: o segundo é um empresário, isto é, cabe a ele a organização dos elementos do negócio na busca do lucro, no mercado. No caso dos autos, o próprio reclamante informou que fez investimento considerável no negócio (cerca de 450 mil reais) e que tinha autonomia na compra e venda de vários produtos comercializados pela loja (como aqueles relacionados à padaria e açougue). Além disso, o reclamante declarou que receberia o lucro do empreendimento, mas que, durante todo o contrato com a ré, o lucro inexistiu. Finalmente, as testemunhas deixaram patente que era o reclamante quem contratava/desligava os empregados que trabalhavam na loja e que este se revezava com a irmã, no desenvolvimento das atividades de responsável pelo negócio (principalmente em finais de semana e horário para almoço). Tudo somado, parece difícil concluir pela personalidade do autor, quando este dividia as tarefas com a irmã, ou pela onerosidade do contrato, quando o próprio trabalhador alega que nada recebia pelo trabalho que desenvolvia. Mas o que salta aos olhos, efetivamente, é o grau de participação do autor na gestão do negócio, com grande investimento, levando-me à conclusão, neste caso de típica zona cinzenta de relação de emprego, pela presença da condição de empresário do autor, preponderando esses traços sobre os requisitos do artigo 3º da CLT. Sentença que se mantém. (TRT/SP - 00006344320145020060 - RO - Ac. 4ªT [20150345423](#) - Rel. Paulo Sérgio Jakutis - DOE 08/05/2015)

Estagiário

Contrato de estágio. Invalidez. Além de claramente dissociado da realidade estudantil da reclamante, o contrato de estágio não cumpriu com alguns requisitos formais para sua validação. É o caso dos relatórios de atividades, previstos

parágrafo 1º do artigo 3º da citada lei. Aos autos foram juntados tão somente os termos de compromisso de estágio (fl. 68) e a declaração de matrícula da autora em curso de ensino médio (fl. 69), documentos insuficientes para preencher todos os requisitos de formação válida do contrato de estágio. Dos documentos juntados não se denota nenhum caráter pedagógico ao contrato firmado entre as partes. Pelo contrário, a autora claramente foi contratada para funções completamente alheias a sua formação estudantil. (TRT/SP - 00009701820135020081 - RO - Ac. 9ªT [20150708690](#) - Rel. Bianca Bastos - DOE 20/08/2015)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Responsabilidade da Fazenda pelas dívidas trabalhistas da VASP. A teoria da descon sideração da personalidade jurídica encontra limites quando se trata sociedade anônima. De acordo com a Lei 6.404/76, somente é possível responsabilizar os órgãos de administração e o acionista controlador quando demonstrado o abuso de poder ou a violação ao estatuto. Na hipótese, não houve prova de que a Fazenda Pública do Estado de São Paulo tenha agido nesta qualidade, pelo que descabe sua responsabilização pelas dívidas da Vasp S/A. (TRT/SP - 01010001520065020014 - AP - Ac. 12ªT [20150622680](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 21/07/2015)

SALÁRIO (EM GERAL)

Configuração

Pagamento sob a rubrica "propriedade intelectual". Verba salarial. Não basta que haja previsão legal para o pagamento de direitos autorais pela propriedade intelectual, se, durante a relação empregatícia, não restar configurada que a contraprestação se deu em virtude de uma obra específica, mas sim, pela prestação rotineira das atividades ligadas à área de atuação para qual o autor foi contratado, qual seja, tecnologia da informação. Recurso da segunda reclamada que se nega provimento. (TRT/SP - 00032002620135020051 - RO - Ac. 12ªT [20150590290](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 13/07/2015)

Funções simultâneas

Diferenças salariais. Acúmulo/desvio de função. *Jus variandi*. Quadro de carreira. Regulamento de empresa. Norma coletiva. Necessidade. Equivalência salarial. Incabível. A modificação das atribuições do empregado ou, até mesmo, o seu acréscimo são inerentes à subordinação jurídica e ao poder de direção do empregador (*jus variandi*), de modo que não caracterizam alteração ilícita do contrato de trabalho (art. 468 da CLT). É irrelevante para a comutatividade do contrato se exercida a função "X" ou "Y", mesmo porque - em regra - nenhuma norma estabelece que uma deva ser mais bem remunerada do que a outra (e.g.: quadro de carreira, regulamento de empresa e norma coletiva). Prevalece a máxima de que "(...) o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal" (art. 456, parágrafo único, da CLT). A equivalência salarial é medida excepcionalíssima, restrita aos casos de falta de estipulação ou prova do salário, não servindo para fundamentar pleitos de aumento salarial (art. 460 da CLT). Não há direito subjetivo a aumento salarial pela simples modificação das atribuições do empregado, muito menos de forma retroativa. Indevidas as diferenças salariais por acúmulo/desvio de função. (TRT/SP -

01785005720095020466 - RO - Ac. 5ªT [20150336297](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 05/05/2015)

No ordenamento jurídico, o desvio de função que garante diferenças salariais pressupõe a existência de quadro de carreiras e se caracteriza nas hipóteses em que um empregado é admitido para determinada função e passa a exercer outra, com previsão salarial distinta. Em não havendo na empresa o referido quadro, as diferenças somente podem decorrer de salário diferenciado previsto em norma coletiva, o que também não ocorreu, na hipótese. No caso, incide o disposto no art. 456, parágrafo único, da CLT. (TRT/SP - 00007586820145020046 - RO - Ac. 17ªT [20150528870](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 19/06/2015)

Participação nos lucros

PLR. Pedido de demissão. Súmula 451 do C. TST. O fundamento que ensejou a edição da Súmula 451 do C. TST foi o fato de que o empregado cujo contrato foi extinto, participou da atividade que permitiu à reclamada auferir lucro, o que decorre da prestação do serviço e não se altera pela forma de extinção do contrato de trabalho. Portanto, o fato da reclamante ter pedido demissão ou ter sido dispensada sem justa causa não pode ser considerado fator que permita o não pagamento da PLR de forma proporcional, eis que "...concorreu para os resultados positivos da empresa." (PJe-JT TRT/SP - [10004796020145020468](#) - RO - Ac. 4ªT - Rel. Ivani Contini Bramante - DEJT 10/06/2015)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Duplo grau de jurisdição (em geral)

Sentença *citra petita*. Embargos declaratórios rejeitados. Nulidade. A extensão do efeito devolutivo do recurso ordinário obsta que este E. Tribunal Regional julgue pedido não examinado em 1ª instância, sob pena de se configurar a supressão de instância, por manifesta violação do princípio constitucional do duplo grau de jurisdição. Constatada a nulidade da decisão de embargos de declaração em virtude da prestação jurisdicional incompleta, determina-se, de ofício, o retorno dos autos à instância de origem para sanar o vício. (TRT/SP - 00007066720135020059 - RO - Ac. 11ªT [20150778699](#) - Rel. Líbia da Graça Pires - DOE 08/09/2015)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Dissídio coletivo e sindicalização

Representação sindical. A criação de uma nova entidade sindical específica para esses trabalhadores dependeria de dissociação da referida entidade, ou seja, antes de o sindicato-autor pretender a simples alteração da sua representatividade e alargamento da sua base territorial, deveria promover a realização de um desmembramento da entidade sindical da categoria dos funcionários públicos municipais. Recurso a que se nega provimento, no ponto. (TRT/SP - 00004090220145020261 - RO - Ac. 3ªT [20150780324](#) - Rel. Paulo Eduardo Vieira de Oliveira - DOE 09/09/2015)